

Documentação

FONTE ORIENTAL

Fonte D.O.U. Secol 1 (195-E)

Data 09/10/2000 Pg 6-9

Class. TC.D.O. 139

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
Em 6 de outubro de 2000

Assunto: Processo FUNAI/BSB/2055/99. Referência: Terra Indígena NOVA ESPERANÇA DO RIO JANDIATUBA. Interessado: Grupo Indígena Tikúna. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 59 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2055/99, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos Noraldino Vieira Cruvinel e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena NOVA ESPERANÇA DO RIO JANDIATUBA, de ocupação do respectivo grupo tribal Tikúna, com superfície e perímetro aprovados de 19.900 hectares e 88 km respectivamente, localizada no município de São Paulo de Olivença, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

GLENIO DA COSTA ALVAREZ

ANEXO

### RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA NOVA ESPERANÇA DO RIO JANDIATUBA

Referência: Processo FUNAI/BSB/2.055/99. Terra Indígena: Nova Esperança do Jandiatuba. Superfície: 19.900 ha. Perímetro: 88 Km. Localização: Municípios de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas. Sociedade Indígena: Tikúna. Família Linguística: Tikúna. População: 180 habitantes (1998). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 579/PRES, de 9 de junho de 1998, alterada pela Portaria nº 1102/PRES, de 29/11/99, coordenado pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel.

#### I - DADOS GERAIS

A TI Nova Esperança do Rio Jandiatuba conta com duas aldeias, Nova Esperança, ou aldeia do Capitão João Lucas, com 101 habitantes, localizada à margem direita do baixo curso do rio Jandiatuba e Porto Alegria, com 79 habitantes, localizada à margem direita do médio Igarapé Irari. Além dessas duas aldeias, uma família desaldeada, ligada à aldeia Nova Esperança, mora à margem direita do baixo Igarapé Irari, em uma localidade próxima à confluência com o rio Jandiatuba. O acesso à primeira aldeia tem como referência a desembocadura do rio Jandiatuba no rio Solimões, vez que ela está bem próxima da confluência dos dois rios e à Segunda, a margem direita do médio Igarapé Irari, que é afluente da margem direita do rio Jandiatuba.

O processo de regularização das terras indígenas Ticuna iniciou-se em 1978 e basicamente terminou em 1993. Algumas áreas, no entanto, ficaram ainda pendentes. É o caso da TI Nova Esperança do Jandiatuba, para a qual somente em 1993 foi instituído um grupo técnico (GT) para os trabalhos de sua identificação e delimitação. No entanto, os técnicos nomeados pela Portaria nº 1.133/PRES, de 11/11/93, não apresentaram o relatório de identificação e delimitação para a mesma. Os estudos visando a demarcação da área reiniciaram em 1998, com o GT instituído pela Portaria nº 579/PRES, de 09/06/1998, publicada no DOU de 12 de junho de 1998, alterado pelas Portarias. Nº 639/PRES, de 19/06/99, publicada no DOU de 22 de junho de 1998, e 1.102/PRES, de 29/11/99. Contou com a participação de técnicos da FUNAI, do IFAM e da Universidade do Amazonas. A participação do grupo indígena interessado se deu através de reuniões realizadas pelos técnicos do GT com a comunidade e lideranças, sendo que estas acompanharam todos os levantamentos de dados em campo.

Os Ticuna constituem-se no grupo étnico de maior expressão populacional do território nacional. As estimativas mais conservadoras indicam uma população de aproximadamente 26 mil habitantes, isso sem considerar os que vivem em território colombiano e no Peru. Sua língua é classificada pelos especialistas como uma língua isolada, não encontrando filiações com outras línguas conhecidas. Esta população, conforme demonstram parcialmente os dados do Conselho Geral das Tribos Ticuna - CGTT constantes no relatório, está espalhada por uma vasta área da Amazônia brasileira, que inclui desde o alto Solimões até o município de Beruri, passando pelo médio curso deste mesmo rio. Em uma publicação que resultou de viagens a

campo em 1941 e 1942, Curt Nimuendajú, autor do primeiro estudo sistemático sobre essa etnia, identificava como seu território tradicional as áreas de terra firme na margem esquerda do Solimões, entre as longitudes de 71° 15' (Ilha Peruaté) e 68° 40' W. (Nimuendajú, Curt. The Tikuna. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1952: 209). Foi do centro desta área, ou seja, do Igarapé conhecido como Évare que, segundo o mito Ticuna de criação do mundo, partiram em direção ao oeste e ao leste, configurando a atual dispersão geográfica.

#### 1.1 - Histórico

Segundo aquele etnólogo alemão, os Ticuna são citados na história da região amazônica pela primeira vez como inimigos dos Omáqua e moradores da margem esquerda do Solimões. Esses Ticuna viviam em terra firme, dentro dos Igarapés afluentes da margem esquerda desse rio. Em 1645, instala-se na região uma missão jesuítica espanhola que inicia a catequização dos Omáqua. Epidemias de varíola e outras doenças, assim como a guerra entre os portugueses e os espanhóis pelo controle do território, fizeram com que os Omáqua, moradores das margens e ilhas do Alto Solimões, fossem praticamente dizimados. O estabelecimento de um forte português em 1776, na localidade de Tabatinga, garantiu a Portugal o controle definitivo daquela área. Com o tempo os Ticuna, moradores da terra firme, se instalaram nas margens antes habitadas pelos Omáqua, sendo encontrados, já em 1857, nas proximidades de São Paulo de Olivença e, no rio Jandiatuba, no século XIX (Bates, Henry W. Um Naturalista no Rio Amazonas. USP. Liv. Itatiaia, SPO. 1979:292 e Cardoso de Oliveira. O Índio e o Mundo dos Brancos. Ed. UnB -DF e Pioneiras - SP, 3ª ed. 1981:45).

Nas duas últimas décadas do século XIX, com a exploração da borracha, a Amazônia se tornou palco de uma intensa exploração do trabalho do seringueiro. O alto Solimões, apesar de não contar com seringueiros tão produtivos quanto os do Acre, por exemplo, também não ficou de fora da corrida pelo ouro branco. A empresa seringalista operava, entretanto, segundo um modelo diverso daquele vigente nas principais áreas extratoras. As principais especificidades estão na menor produção de borracha e na existência também de uma produção de subsistência. Tudo articulado através da instituição do sistema de barracão, que tornava compulsória a comercialização de todos os moradores de uma determinada área por intermédio do armazém do patrão daquela determinada área. A legitimidade desta empresa era dada por títulos de propriedade conseguidos por poucas famílias, vindas em sua maioria do nordeste, e incidiam sobre a terra dos Ticuna, passando estes a dever obediência aos recém-chegados. Os patrões instalaram-se na boca dos principais Igarapés, controlando assim os moradores dali. Para reforçar este controle, o patrão ainda nomeava um tuxaua que exerceria a liderança entre os índios, cuidando dos seus interesses. Esta liderança, no entanto, nem sempre se baseava em relações tradicionais, mas na subserviência do tuxaua aos patrões seringalistas. Através de um esquema de servidão por dívidas, o índio não estava livre para sair daquele seringal caso não estivesse satisfeito com seu patrão. Sua dívida era, na verdade, impagável e sua saída do local praticamente impossível.

Em 1910, uma nova agência de contato se faz presente no alto Solimões. Nesta época, os capuchinhos vindos da província da Úmbria, na Itália, instalam a Prefeitura Apostólica do Alto Solimões e iniciam seus trabalhos de catequese e exploração dos índios da região. A presença do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) nessa situação de domínio dos seringalistas, a partir de 1917, era meramente formal, ou seja, quase que restrita a relatórios de um delegado desta repartição. É somente em 1942 que este órgão da administração federal criar o primeiro posto indígena no alto Solimões, no local denominado Umariacu e inicia a disseminação dos ideais rondonianos. Segundo Cardoso de Oliveira, empregados, comerciantes e outros especuladores de toda sorte passaram a ver o SPI como "(...) um constante impedimento ao 'desenvolvimento econômico regional'" (Oliveira, Roberto Cardoso de. O Índio e o Mundo dos Brancos. 1964: 111)

Uma nova situação histórica começa a se delinear em meados da década de 1960, com a Amazônia e sua faixa de fronteira tendo se transformado em área de segurança nacional para o Exército Brasileiro. A antiga guarnição militar de Tabatinga cresce em tamanho e importância, transformando-se no Comando de Fronteira do Solimões (CFSOL), com mais autoridade para intervir localmente. Conforme relata Oliveira, "em 1971 uma intensa movimentação de cunho messiânico atingiu profundamente aos Tikuna e ao seu modo de vida". O centro deste movimento era o Irmão José, figura humilde que trajava uma túnica de frade, e tendo pregado pelo Peru (apesar de nascido em Minas Gerais) já se tinha tornado conhecido em toda a região. O Irmão José anunciava o fim do mundo como estando próximo, e que só se salvariam aqueles que se reunissem em torno da Cruz, arrependendo-se de seus pecados e seguindo seus andamentos. A Ordem da Cruzada Apostólica Evangélica, ou Movimento da Santa Cruz, como ficou conhecido, atingiu indiscriminadamente aos Ticuna e aos brancos moradores da região. Por toda a região, até o Rio Içá, espalharam-se igrejas desta seita, muitas vezes com o patrão como diretor. As crenças contidas neste movimento da Santa Cruz traziam consigo uma certa ideologia da integração do índio à sociedade nacional envolvente, principalmente através de um conjunto de proibições que enfatizava a importância do trabalho conjunto, do cumprimento de obrigações familiares, abolindo festas e bebidas alcoólicas (mesmo aquelas da tradição Ticuna), assim como a crença no pajé.

Poderíamos afirmar que um novo período começa a se configurar no alto Solimões, a partir do contato com outros atores sociais como o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, dentre outros. Também a FUNAI, em 1974, passou a contar com uma nova situação, vez que "A importância assumida pela Amazônia nos planejamentos governamentais se refletia na possibilidade de captação de recursos do Programa de Integração Nacional (PIN) para atender às populações indígenas que habitassem na área de construção da Transamazônica e da Perimetral Norte. Isso daria ao órgão indigenista uma base econômica que lhe permitiria expandir e elevar qualitativamente seu nível de atuação no alto Solimões (Oliveira Filho, João Pacheco. O Projeto Tikuna: Uma Experiência de Ação Indigenista. Antropologia nº 34, Boletim do Museu Nacional, NS, Rio de Janeiro, Novembro de 1979: 13).

A partir de finais da década de 70, os Ticuna começam a se organizar, superando faccionalismos, parte da própria tradição, e a se mobilizar no sentido de reivindicar seus direitos, dentre eles os relativos à terra. No final de 1981 as principais lideranças Ticuna convocaram uma reunião para a aldeia de Campo Alegre, onde foi discutida a proposta de demarcação de suas terras, encaminhada à FUNAI. Nesta reunião foi tirada também uma comissão para ir até Brasília apresentar ao Presidente a proposta ali debatida. Como resultado dessa pressão dos Ticuna, a FUNAI mandou, já no ano de 1982, um grupo de trabalho com o fim de identificar as áreas Ticuna nos municípios de Fonte Boa, Japurá, Marabá, Jutaf, Jurubá, Santo Antônio do Itá e São Paulo de Olivença. Também em 1982 os Ticuna criam o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), com a figura do coordenador geral que, eleito em assembleias quadrianuais entre todos os capitães de aldeia, tem poderes semelhantes ao de um ministro das relações exteriores. Foram ainda criadas pelos Ticuna outras organizações, com o objetivo de lutar por seus direitos, inclusive da Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna - FOCCIT, com atribuições semelhantes à da CGTT.

#### I.2 - Ocupação da TI Nova Esperança do Rio Jandiatuba

Historicamente essa área era habitada pelos Omáguá, etnia que após o contato foi praticamente dizimada na região, como já exposto.

Ao longo das entrevistas realizadas na área, ficou evidenciada a antiga presença dos Ticuna em diversas localidades do Rio Jandiatuba, principalmente no Lago Preto e naquela conhecida como Bonfim. Segundo contam os moradores mais antigos do Lago Preto e da Nova Esperança, muitos Ticuna que moravam no passado dentro do Jandiatuba se mudaram na década de 60, quando da instalação das missões Batista nas aldeias de Campo Alegre e Betânia, para onde se deslocaram. Esta presença também é atestada pelo censo realizado pela equipe da FUNAI/UnB que em 1975 já identificava famílias Ticuna na localidade de Bonfim, existindo inclusive relato de moradores naturais dali. Tais relatos fazem com que a presença dos Ticuna no referido rio possa ser demonstrada a partir da década de 30; ainda que não haja motivos para pensar que não possa ser anterior. O histórico de ocupação dessa área está fortemente associada às famílias de Carlos Laranja e Maria Cruz, e do capitão João Lucas. Diversos membros dessas famílias como do Sr. Quintino Laranja Cruz e da Sra. Elisa Santos Cruz, que chegaram na área entre 1939/40, tendo morado por longos anos no Lago Preto, e do também Ticuna de nome Daniel Lucas Lopes (tio paterno do capitão) relata que chegou para esta área muito pequenos, há cerca de quarenta anos.

O capitão João Lucas (Metaciú) conta que nasceu na boca do Irari, mas morou ainda em São Raimundo (perto do povoado de Niterói, no município de Amaturá) e em outros lugares no Rio Jandiatuba e no Solimões, conforme a conveniência do patrão. Quando, enfim, veio estabelecer residência fixa, no final da década de 80, já moravam ali o Elson (tio da sua esposa), o Raul e um outro antigo morador de nome Veríssimo, além do Beltrão. A área onde está instalada a aldeia Nova Esperança tem também um histórico de ocupação atribuído, resultado de movimentos diversos acionados pelos antigos moradores em função de suas vinculações com diferentes agências de contato, como a Igreja Batista e os patrões já citados. Ali moravam, segundo afirmam, três Ticunas, Veríssimo, Virgulino com seu pai e família e Francisco Gonzaga da Silva. Viveram ali por cerca de 6 anos, depois dos quais se mudaram. A seguir se instalou no local um "civilizado" (como chamam o não-índio na região) de nome Antônio Marco que lá permaneceu por dois anos. Esta localidade ainda foi habitada por um tal João Bernaldo por cerca de 4 anos e só depois chegou o Beltrão, ou Beltan Ribeiro como consta nos seus documentos, morador não-índio mais antigo do local, sendo um pré-posto do antigo "patrão", que hoje é representado por seu genro (vereador de São Paulo de Olivença, Waldeci Suami Alves de Moraes) que após a morte do sogro ficou responsável pela terra.

Outros sítios ao longo do Igarapé Irari, também dentro dos limites da T.I. Nova Esperança do rio Jandiatuba, são citados como antigas capoeiras dos Ticuna. Este é o caso de uma área na boca do Igarapé do Abílio, nome de um Ticuna que habitou aquela área. Também é o caso do sítio em que está agora instalada a aldeia de Porto Alegria onde, segundo o capitão de Nova Esperança, estariam antigas capoeiras do pai de seu avô.

A aldeia Porto Alegria foi criada mais recentemente. No lugar onde esta aldeia está instalada havia quando os Ticuna ali chegaram apenas uma capoeira muito antiga. Os Ticuna desta aldeia, chegaram ao Igarapé Irari trazidos pelo pastor Francisco da Cruz, um peruano que se diz a reencarnação do pregador José da Cruz, fundador da seita milenarista, Movimento da Santa Cruz, que conforme já foi relatado, fez muitos adeptos entre os Ticuna a partir do ano de 1972, tendo morrido em meados da década de 80.

Adentraram este Igarapé em 1989, não encontrando ali nenhum habitante. Viveram com o referido pastor durante seis anos, suportando as duras regras de convivência impostas pelo religioso como caminho para a salvação, na margem esquerda do referido igarapé onde até hoje se encontra o "Irmão Francisco" e seus adeptos. Depois disso decidiram mudar para o outro lado do igarapé, pois "não acostumaram com o regulamento", mas continuaram acreditando nas palavras do pastor.

Os Ticuna tem por tradição a migração, resultante de várias causas, como: do faccionalismo interno; da histórica perda de hegemonia dos Omáguas na região do Alto Solimões; de movimentos de cunho messiânicos; da imposição de patrões; da busca de melhores condições de vida, como escola, atendimento médico, mercado para sua produção. Isso, contudo, não constitui qualquer prática de recessão, já que os que migram se mantêm de alguma maneira referenciados ao Évare, seu território mítico, continuam com seus usos, costumes e tradições próprios, mantêm relacionamento com cultural e físico com suas aldeias de origem.

## II - HABITAÇÃO PERMANENTE

Desde a época da passagem de Nimuendajú pelo alto Solimões, no início da década de 1940, as moradias Ticuna são majoritariamente idênticas àquelas típicas da população regional, ou seja, retangulares, fechadas com paredes de madeira e suspensas sob estacas de madeira mais nobre para evitar a alagação. A cobertura ainda é, em numerosos casos, de palha, principalmente a da cozinha. Contudo, a quantidade de telhados feitos de materiais comerciais tem aumentado bastante. Encontram-se, ainda nos dias de hoje, algumas habitações sem as paredes como as descritas pelo etnólogo alemão, em 1952. Estas, além de abrigar uma família, podem servir para a realização das suas festas tradicionais. As casas de reunião, construídas em diversas aldeias, sempre com o objetivo de serem utilizadas por um grande número de pessoas simultaneamente, também apresentam essa característica.

Porto Alegria, localizada na margem esquerda do médio curso do Igarapé Irari. Devido ao seu diferenciado histórico de ocupação, não se apresenta com uma característica comum à outras aldeias Ticuna, sendo formada por lotes de cerca de 200m de frente.

Se a presença dos Ticuna na área em que se encontra hoje a aldeia de Porto Alegria está ligada à sua relação com o líder religioso, como já exposto, a formação da aldeia de Nova Esperança é resultado da capacidade de um líder (o capitão) de convencer um número suficiente de chefes de família de que estariam em melhores condições de conseguir a terra que habitam, superando o isolamento das moradias ao longo do rio como antes viviam. Houve, portanto, um despovoamento de certas moradias isoladas no Jandiatuba e áreas próximas em detrimento do aumento populacional dali.


Os critérios do grupo para localização, construção e permanência das aldeias Nova Esperança e Porto Alegria, ainda que edificadas por motivações diferentes, como vimos, guardam contudo, muitas semelhanças. Ambas foram construídas observando o padrão Ticuna, de que: a) as aldeias devem estar, e no caso, ambas estão, o mais possível próximo de um ou mais pequenos cursos d'água, os pequenos igarapés, que são as fontes de água para abastecimento e banho; b) situam-se próximo a um curso d'água que seja fonte de pesca e via de acesso à aldeia. Isto sobretudo porque o pescado é uma das principais fontes de proteína animal consumida pelo grupo e a via aquática o único meio de acesso utilizado na região: a aldeia Porto Alegria localiza-se à margem do Igarapé Irari e a nova Esperança, do rio Jandiatuba.; c) estão em locais secos, dificilmente inundáveis mesmo nas grandes cheias, fato de grande relevância para os Ticuna, índios interioranos; d) situam-se em locais de acesso às terras altas e próprias para a agricultura, fonte básica de sustentação alimentar do grupo.

### III - Atividades Produtivas

Os Ticuna dessa área produzem uma gama de produtos, não apenas para si, como também para a venda nos mercados regionais, especialmente na cidade de São Paulo de Olivença. Cada família Ticuna possui sua roça, considerando-a sua propriedade. Diferentemente da roça, não há, nessa área, propriedade da terra, nem mesmo a propriedade coletiva. Nas roças da família trabalham, em geral, o pai, sua esposa e os filhos mais velhos que ainda não forem casados. Além da mão-de-obra familiar, os Ticuna contam com uma outra ajuda na agricultura por parte de parentes e amigos, através dos ajuris. Estes são estruturados sobre os grupos vicinais, e são realizados com frequência em todas as aldeias.

Os instrumentos agrícolas utilizados pelos Ticuna são basicamente o terçado, o machado, a enxada e o forno de torrar farinha com seus apetrechos. Cada pessoa economicamente ativa da casa possui, geralmente, seu terçado para trabalhar na roça. São comprados nos regatões ou nas cidades vizinhas, principalmente em São Paulo de Olivença. A agricultura em Nova Esperança do Jandiatuba é praticada nos roçados localizados em área de terra firme, têm prolongada dimensão temporal, por não enfrentarem o problema das enchentes, permitindo o cultivo de plantas de ciclos mais longos, como o maracujá, bananeira, mamão, cará, abacaxi. A técnica empregada na roça da terra firme é a de derrubada e queima, seguindo um calendário que se inicia nos meses de maio/julho com a roçagem e a derrubada, e termina com o plantio (setembro/outubro) e a colheita que é realizada conforme o amadurecimento das diferentes culturas. A roça representa um espaço de trabalho familiar, podendo ser considerada uma "extensão da casa", o que poderia explicar a construção da cozinha do roçado - local que serve de abrigo durante os trabalhos de confecção de comida e fabrico de farinha de mandioca. Em geral, todas as famílias tem mais de um roçado, variando entre 0,5 e 2,0 ha, nos quais plantam mandioca para a fabricação de farinha, principal produto agrícola comercializado pelo grupo, através da venda direta a terceiros, ou troca com outros Ticuna das terras vizinhas. Planta-se também, além dos produtos citados, macaxeira, melancia, milho, inhame, cana de açúcar. Além destes produtos da roça, podemos ainda citar algumas frutas como a pupunha, o mapati, o açaí, o abiu, o buriti, o cupuaçu e outras fruteiras, que são, senão raramente, plantadas. Estas frutas estão comumente localizadas nas capoeiras, antigas roças deixadas em pousio, que apresentam uma riqueza excepcional e que têm um papel fundamental no sustento da família Ticuna.

As roças de terra firme estão para o centro, como eles costumam dizer. Já aquelas da várzea são geralmente cultivadas nas ilhas e florestas alagáveis pelo rio Jandiatuba ou pelo igarapé Irari. Ressalta-se o caso de parte da área onde está situada a aldeia Porto Alegria, dividida pelo Irmão Francisco e distribuída para as famílias que passaram a ocupá-las, nelas abrindo suas roças.

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. Seco 1 (195)E
Data	09/10/2000 Pg 6-9
Class.	CONT.

Assim como as roças, também as capoeiras são áreas de produção e de propriedade particular, pertencendo ao dono do antigo roçado da qual originou. Nas capoeiras, os Ticuna realizam um interessante manejo da vegetação perene que foi plantada junto com as espécies anuais do roçado, ou que foram preservadas ali quando da derrubada da mata. Ali, conforme afirma Deusimar Brasil, ambientalista do GT, encontram-se principalmente frutíferas, mas também plantas medicinais condimentos, plantas usadas na confecção de artesanato etc. Também o quintal tem grande importância na economia doméstica Ticuna. Ele difere da capoeira pela quantidade de vezes em que é limpo e por ser, em geral, formado e mantido pelas mulheres. Em termos de espécies um quintal não é caracterizado por uma grande diversidade.

Outras atividades de plantio e extrativismo têm menor importância na economia Ticuna, como o cultivo de plantas medicinais e o extrativismo animal, excetuadas daí a pesca e a caça.

A pesca, com baixa seletividade de espécies, é a principal fonte de fornecedora de proteína animal para a população dessa terra. O pescado não consumido é vendido em São Paulo de Olivença. A pescaria é, entre os Ticuna, um trabalho dos homens. Todos os garotos começam a ir pescar, primeiro com o pai, mais tarde sozinhos. A pesca conjunta é muito rara, mesmo entre moradores da mesma casa. A quase totalidade dos entrevistados afirmou que dá peixe para os amigos e parentes, membros de seu grupo vicinal, quando chega da pescaria com mais do que necessita. É através deste mecanismo de reciprocidade que o Ticuna obtém o peixe no dia em que não vai pescar.

A grande maioria dos Ticuna costuma pescar de caniço e flecha, e os melhores locais para a pesca são os lagos do Adriano, Branco Preto Igarapé Irari e no próprio rio Jandiatuba. Além desses instrumentos de pesca, alguns Ticuna costumam utilizar ainda o arpão, a linha comprida, e em menor escala, o espinhéu, a poita, a malhadreira e a tarrafa. O ambientalista do GT identificou 136 espécies vegetais entre as utilizadas pelos Ticuna direta ou indiretamente, através da relação trófica com peixes e animais.

A caça, não seletiva, não é mais uma atividade diária, destina-se à captura de animais para o consumo doméstico. A principal área de caça se localiza nas cabeceiras do Igarapé Irari. É praticada com o uso de arma de fogo e as próprias mãos quando na captura de bichos de casco. As caçadas são feitas em todos os ambientes, sendo as áreas de recursos florestais mais concentrados sevas naturais para caça, constituindo as trilhas de caça varadouros de deslocamento nas atividades de coleta. Dos cerca de 58 espécies de animais caçados, os principais animais são: anta, arapapa, aves diversas, ariramba, quati, queixada, porquinho, tartaruga, tatu, macacos diversos.

A coleta de produtos vegetais distribui-se, de maneira geral, em toda a extensão das matas de terra firme e várzea. Entretanto, é comum ocorrer grande concentração de algumas espécies em determinado local, constituindo importantes unidades de recursos. A exploração de palha de caraná é realizada principalmente nas cabeceiras do Igarapé Irari, onde existem dois acampamentos de apoio que serve também para caça e mesmo pesca. O acesso ao caranazal do local é feito pelo dito Igarapé. Os produtos de coleta são obtidos à partir de quase todas as partes das plantas, aproveitando-se folhas, flores, frutos, sementes, fibras, casca, entrecasca, partes lenhosas, raízes, exudações. Os produtos mais explorados são: abiorana, açaí, bacaba, bacuri, buriti, cacau, castanha, cupuf, ingá, patoá, sapota, tucumã.

As madeiras-de-lei como o cedro, o aguano e a sucupira são utilizadas principalmente para a construção de casas e canoas, mas pelo seu maior valor econômico, já foram muito exploradas, sendo difícil encontrá-las.

Em Nova Esperança do Jandiatuba são criados diversos tipos de animais, porém não são consumidos senão muito raramente. Se comparado a outras áreas Ticuna, entretanto, os habitantes desta área tem um consumo de animais domésticos superior, o que talvez se explique pela proximidade com a cidade de São Paulo de Olivença.

#### IV - MEIO AMBIENTE

"Segundo a classificação de Koppen a área (...) está caracterizada como pertencente a um grupo climático A (Clima Tropical Chuvoso), com o tipo f (floresta). Este grupo Af possui no mês mais frio temperatura superior a 18° C, a precipitação anual apresenta-se maior que 850mm, com mais de 60mm pluviométricos no mês mais seco. No geral a temperatura varia de 24° e 26°C e a umidade relativa do ar está entre 85 e 90% (Proc. INCRA/Coord. Regional Norte, nº 130/82. fl.08)."

O meio ambiente ocupado pelos Ticuna "possui dois ecossistemas gerais: várzea e terra firme, diferenciados em sua origem e propriedades naturais. Do ponto de vista espacial e regime de cheias dos rios da região, a várzea representa áreas inundadas periodicamente pelos rios de água branca; a terra firme é um platô entre 60 e 100 m de altitude e suas encostas, recortado por uma densa rede de Igarapés que apesar de interligada aos rios, não está sujeita às inundações periódicas" (fl. 99).

A TI Nova Esperança do Jandiatuba tem no rio de mesmo nome e no Igarapé Irari seus principais cursos d'água. O rio Jandiatuba tem água e formação geológica semelhante às do rio Solimões; portanto, com água de cor branca (barrenta) e áreas de várzea em suas margens. O Igarapé Irari é um curso d'água bastante extenso, com largura de cerca de 100 m. É um típico Igarapé de terra firme, de águas negras, porém margeado de vegetação de Igarapé, o que lhe confere alta piscosidade. Até recentemente o rio Jandiatuba teve um intenso fluxo de garimpeiro, tendo os garimpos sido desativados pela baixa produção. O que ainda perdura é a exploração de madeira-de-lei.

Da cobertura florestal presente na região, segundo Deusimar Brasil, "destacam-se: (a) matas de terra firme - mata densa, mata aberta com palmeira, mata densa sem palmeira; (b) mata de várzea e igapó; (c) savana - campos de terra firme. Fazendo parte destas unidades de paisagem, encontram-se os ambientes aquáticos, entre eles: igarapés, rios, paranás, e lagos, que no contexto do extrativismo vegetal funcionam como áreas de circulação, juntamente com os varadouros e caminhos de caçadas

Fisionômica e estruturalmente, a mata de terra firme é aparentemente uniforme em toda região. Classifica-se nos três sub-tipos citados acima, dependendo da densidade de plantas e presença ou não de palmeiras. No entanto, não existe uma nítida estratificação dos diferentes andares da mata. No seu interior, geralmente misturam-se em diferentes níveis não só as plantas próprias de sub-bosque, como as de grande porte que continuam crescendo dentro da mata, disputando luz com as outras, numa competição para alcançar o dossel da floresta.

A mata de várzea é contínua ou interrompida apenas pelos lagos, rios e paranás, não estando em geral associada com áreas de campo, como acontece no baixo rio Amazonas" (fl. 68/9).

A vegetação de várzea tem importância fundamental para a sustentabilidade da pesca, pois os peixes amazônicos são em geral dependentes de alimentação alóctone, produzida nesta unidade de paisagem. "Alguns recursos vegetais têm maior pressão de coleta, fato que tem diminuído sua abundância em muitas aldeias. Por exemplo, temos o caso das palhas para cobertura de casas, cuja duração é de cerca de 3 a 4 anos, ocasionando trocas frequentes. A fibra do tucum, utilizada na confecção de redes (maqueiras) e artesanato, também tem ficado escassa e tem motivado o plantio adensado desta planta nas capoeiras" (idem, fl. 75)

As madeiras-de-lei como o cedro, o aguano e a sucupira são exploradas principalmente para a construção de casas e canoas, mas pelo seu maior valor econômico, já foram muito exploradas, sendo difícil encontrá-las.

Outras espécies de madeiras têm ainda diferentes utilidades, como as de construção de moradias (anauerá, cutieira, acapú, paxiubã, paxiubinha, ripa de açai, palha caraná, cipó títica, cipó ambé, itaúba), as de construção de canoas (anauerá, piquiá, guaríúba), as de lenha (mulateiro, envira preta, farinha seca, ingazeira), as de confecção de instrumentos de pesca (paracutíba, paxiúba e flexeira) e as de confecção de utensílios domésticos como o pacará, o tipiti e a peneira (arumá, cipó títica, açu e ambé).

Tem-se, assim, que enquanto a vegetação das matas de terra firme tem grande significação para as atividades de caça e coleta, a agricultura, a vegetação das várzeas é imprescindível a manutenção dos recursos pesqueiros, caça, coleta e agricultura. Daí, serem o dois ecossistemas imprescindíveis à subsistência física e cultural dos Ticuna dessa terra indígena.

As terras de Nova Esperança do Rio Jandiatuba são bastante impactadas. Os ambientes pesqueiros, tão importantes na alimentação dos Ticuna, são divididos com ribeirinhos e moradores de São Paulo de Olivença. A própria Prefeitura Municipal desta cidade planejou um assentamento rural no interior da terra indígena, visando a produção de milho e feijão para produzir ração animal, sob o argumento de aproveitar a várzea do Irari, o que é um contrassenso, vez que as várzeas do Irari são de Igapó, sendo mais produtiva como fornecedora de alimentos para peixes, o que garantiria maior produtividade pesqueira para todos, índios e não-índios. O quadro de produção do estoque pesqueiro da região estaria bem mais agravado caso os Ticuna não realizassem a extração dos recursos pesqueiros com baixa seletividade, ou seja, sem explorar em demasia uma espécie. Outro ponto apontado pelo ambientalista do GT como responsável pelo relativo "equilíbrio" dos ambientes da área é que os Ticuna manejam os mais variados ecossistemas existentes: canal do rio, igarapés, lagos, igapós, canos dos lagos, praias, várzeas, restingas, terra firme. Segundo ele é importante destacar que a comunidade de Porto Alegria construiu suas casas sem desmatar as margens do igarapé Irari, para não retirar as árvores que dão alimentação aos peixes.

#### V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Para Meillassoux (Meillassoux, Clode. Femmes, Greniers & Capitaux. Paris, Francois Maspero, 1975: 7-81), o parentesco aparece como institucionalizador e regularizador da reprodução social, principalmente através da mobilização ordenada dos meios de reprodução humana. Neste sentido, a investigação dos mecanismos de funcionamento dos já mencionados grupos vicinais, onde se dão prioritariamente as trocas matrimoniais e a solidariedade econômica e cerimonial (partilha de alimentos, ajuda nas atividades produtivas e cerimoniais etc), ganha importância para a análise aqui pretendida. No plano econômico estes grupos vicinais almejam a auto-suficiência frente ao restante da aldeia. O valor primordial para a manutenção deste grupo vicinal é o desejo de todo Ticuna de se tornar independente tanto do branco quanto dos outros a quem não se considera estreitamente ligado.

A organização social dos Ticuna é descrita como composta por grupos de descendência, cujo pertencimento se dá por linha paterna. Esses grupos foram caracterizados por R.C. de Oliveira e C. Nimuendajú como clãs, e podem ser agrupados em metades exogâmicas onde de um lado temos as nações com pena (arara, mutum, maguari etc.) e de outro as nações sem pena (onça, buriti, saúva, etc.) (OLIVEIRA FILHO, já citado, 1988:88-89). Sua origem é contada no mito Ticuna que descreve a criação do mundo.

Desde o passado mais remoto que se tem notícia, a sociabilidade Ticuna era realizada de modo mais usual dentro de uma microsociedade representada pela maloca de uma nação. Estas eram, segundo Nimuendajú, as habitações tradicionais dos Ticuna. Caracterizavam-se pelas suas grandes dimensões, pelo formato circular, com uma área central retangular, pelo fato de serem encontradas isoladas e por se tratar de moradia de mais de uma família. Segundo João Pacheco de Oliveira Filho, os seringalistas pressionaram para a fragmentação das malocas clânicas, no sentido de adequar o tipo de moradia à extração racional da seringa. "Ao longo dos igarapés foram abertas diversas estradas de seringa, que apenas podiam ser trabalhadas com proveito pelos componentes de unidades menores que o antigo clã, por pequenos segmentos desse e até mesmo por famílias nucleares" (OLIVEIRA FILHO, já citado, 1988:122).

O grupo vicinal, formado e mantido no tempo por uma liderança forte, advinda do carisma pessoal, hereditariedade, obediência a rituais Ticuna e de uma grande parentela, é fundamental na organização sócio-cultural desse povo. O líder vicinal (toeru) tem como funções a organização do grupo para trabalhos coletivos, como já exposto, o aconselhamento dos chefes de família a ele ligados, além de representar o grupo na comunicação com estranhos e "civilizados". Os limites do poder deste líder são evidentes na sua completa impossibilidade de se intrometer em assuntos privados de qualquer casa de seu grupo que não seja a sua própria. Como afirma Oliveira Filho: "Dentro de sua casa e nas questões relativas aos membros de suas famílias, esse chefe de família tem reconhecida uma enorme autonomia. Por sua condição de parentes diretos, os membros do grupo vicinal podem executar diversas atividades em comum, bem como tentar resolver solidariamente algumas questões surgidas no relacionamento social de seus membros (internamente ou desses com pessoas de fora). Em todos esses contextos o líder do grupo local (toeru) pode intervir - tal como o fazem outros chefes de família (inatü) - no sentido de favorecer a articulação das atividades ou a solução de pendências. O seu sucesso depende primordialmente de suas próprias habilidades (que lhe garantem um alto prestígio) e de sua capacidade de influência e persuasão, características essas partilhadas, no entanto, com outros elementos do grupo vicinal (entre os quais ele tende a destacar-se mais)". (OLIVEIRA, já citado, 1988: 207).

Ressalva-se que, em nenhum momento, as organizações criadas pelos Ticuna pretenderam substituir as relações de poder tradicionais daquela sociedade. Mesmo a figura do capitão geral, não está em oposição ao toeru. Não disputa sequer o mesmo espaço de poder que para este último é o interior de seu grupo vicinal. O capitão geral é, como acontece com o capitão da aldeia, um representante "para fora", mais do que uma liderança "para dentro".

#### VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Alguns problemas ligados a invasão do território Ticuna pelos não-índios foram levantados pelos moradores de Nova Esperança. Além da atuação de pescadores da cidade de São Paulo de Olivença, os Ticuna afirmam ter sérios problemas com a retirada de madeira por empregados do vereador Waldeci, que se considera dono da terra e, com uma atuação apoiada pelo Sr. Beltran, tem sobreexplorado aquela área, principalmente após a passagem da primeira equipe da FUNAI enviada à área em 1993, em uma clara demonstração de que pretende acabar com tais recursos antes que a terra seja identificada. Também a extração de ouro por balsas de garimpo foi uma grande preocupação dos Ticuna. A frente da aldeia de Nova Esperança há uma praia de rio formada pela ação das dragas que, no entanto, momentaneamente perderam o interesse pela exploração do local.

Pelo que foi levantado, com a participação dos moradores das duas aldeias localizadas nesta terra indígena, ouvidos os moradores não-índios localizados à margem direita do igarapé Irari, junto à confluência do igarapé do Abílio, inclusive em reunião na Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, os quais ocuparam a localidade na mesma época que os Ticuna de Porto Alegria, o GT, respeitando a decisão da comunidade indígena, chegou a um consenso a respeito da área necessária à reprodução física e cultural do grupo, pelo que a Comunidade Independente Santos Anjos, não foi incluída no limite da terra indígena.

Procurou-se ainda as lideranças do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) para informar sobre o acordo e conseguir a aprovação da organização geral dos capitães Ticuna. O seu coordenador Pedro Inácio Pinheiro (Ngematüci) não se opôs ao acordo, já que havia tido aceitação pelos moradores da área, mas fez uma ressalva que não acontecesse o mesmo que em Sapotal que, depois de ser retirado da T.I. Évare I, foi responsável pela contestação que atrasou a sua regularização.

Os únicos ocupantes não-índios da T.I. Nova Esperança do Rio Jandiatuba, são o senhor Beltrão, que mora dentro da aldeia de Nova Esperança, em uma ocupação "doada" pela família do Seringalista Amazonino Ramos, e um peruano de nome Antônio Lopes, não encontrado na área e nem em São Paulo de Olivença, e que tem uma posse às margens do Lago Preto, entre aquela aldeia e a foz do Irari, onde só vai em determinadas épocas do ano, com o objetivo de explorar os recursos existentes na sua pequena posse constituída por apenas um pequeno tapiri e algumas fruteiras.

As características principais das ocupações incidentes nessa terra são as constantes do quadro a seguir.

Nome da Ocupação	Nome do Ocupante	Superfície na TI	Situação do Ocupante	Situação da Ocupação	Tempo de ocupação
Remanso I	Beltran Ribeiro	45 ha	Titular da posse	Posse	20 (13?) anos
Sem denominação	Antônio Lopes	10 ha	Titular da posse	Posse	09 anos

Dois certidões de registro incidem parcialmente sobre a área da TI Nova Esperança do Jandiatuba, uma da Prefeitura de São Paulo de Olivença, sem número e sem origem anterior, com 1.200 metros quadrados, e a outra em nome de Luiz Miller Ramos, com 1.164, 23 ha - Remanso I, cuja herdeira atual é a Sra. Ana Maria Miller de Moraes.

As áreas das duas ocupações relacionadas acima, assim como a área da aldeia Nova Esperança, estão inclusas, ao que se deduz da Transcrição nº 249, datada de 06/01/1976, dentro da área do Seringal Remanso I, que não é explorado, sendo pelos índios, conforme foi verificado em campo e admitido por herdeiros do mesmo. O limite leste desse seringal é desconhecido e não identificado, se dá com terras devolutas.

A origem do título do seringal, emitido com base em declaração de moradores da região, é anterior à arrecadação da Gleba Camatiã pelo INCRA, na qual se insere, porém não consta como existindo à época da arrecadação do INCRA, conforme atestado pelo Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo de Olivença e pelo Instituto de Terras do Amazonas - ITERAM (fl. 237/52).

INSTITUTO	
	<b>Documentação</b>
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. (195-E)
Data	09/10/2000 Pg CONT.
Class.	7 (C) 195-E

**VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO**

Os limites da TI Nova Esperança do Rio Jandiatuba, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, tem como pontos básicos: ao norte/leste o Lago do Adriano, que dividem com uma comunidade ribeirinha mais abaixo do Jandiatuba, parte da cabeceira do Igarapé Água Branca e o divisor de águas entre os formadores da margem direita do médio e alto igarapé Irari e cabeceiras do Igarapé Amaturá; ao sul, o limite é a margem direita do Igarapé Irari, sendo que esta margem ficaria sobre o controle dos índios Ticuna, excetuando-se o pequeno trecho onde moram nove famílias de ribeirinhos denominado Comunidade Santos Anjos. Foi configurado assim por ser o Irari a principal fonte de pesca e caça para todos os Ticuna que nela habitam, abastecimento e acesso à aldeia Porto Alegria e às diversas unidades de recursos existentes na área; e como limite oeste a margem direita do rio Jandiatuba, entre a confluência do Igarapé Irari e do Lago do Adriano, definido por constituírem tais locais área de pesca, abastecimento e de acesso à aldeia Nova Esperança do Jandiatuba e parte do acesso à aldeia Porto Alegria.

Os estudos e levantamentos procedidos pelos técnicos do GT na área evidenciam que a TI Nova Esperança do Rio Jandiatuba é de ocupação tradicional indígena Ticuna, nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e Lei nº 6.001/73, e foram executados obedecendo, em todos os seus termos, ao disposto pela Portaria 239/FUNAI/91, Decreto nº 1.775/96 e Portaria nº 14/MJ/96.

**NORALDINO VIEIRA CRUVINEL**  
 Coordenador de Delimitação e Análise/DEID  
 Universidade do Amazonas

**FABIO VAZ RIBEIRO DE ALMEIDA**  
 Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF  
 Departamento de Demarcação-DED

**Memorial Descritivo de Delimitação**

Denominação  
 Terra Indígena NOVA ESPERANÇA DO JANDIATUBA  
 Aldeia Integrante  
 Nova Esperança e Porto Alegria  
 Grupo Indígena  
 Tikúna  
 Localização  
 Município: São Paulo de Olivença Estado: Amazonas  
 Administração Executiva Regional: Tabatinga/AM  
 Coordenadas dos Extremos

Extremo	Latitude	Longitude
Norte:	03°28'33" S	68°51'35" Wgr.
Leste:	03°39'36" S	68°36'46" Wgr.
Sul:	03°40'41" S	68°37'05" Wgr.
Oeste:	03°29'51" S	68°52'35" Wgr.

**Base Cartográfico**

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
AS.19-Z-C	1:250.000	DSG	1984

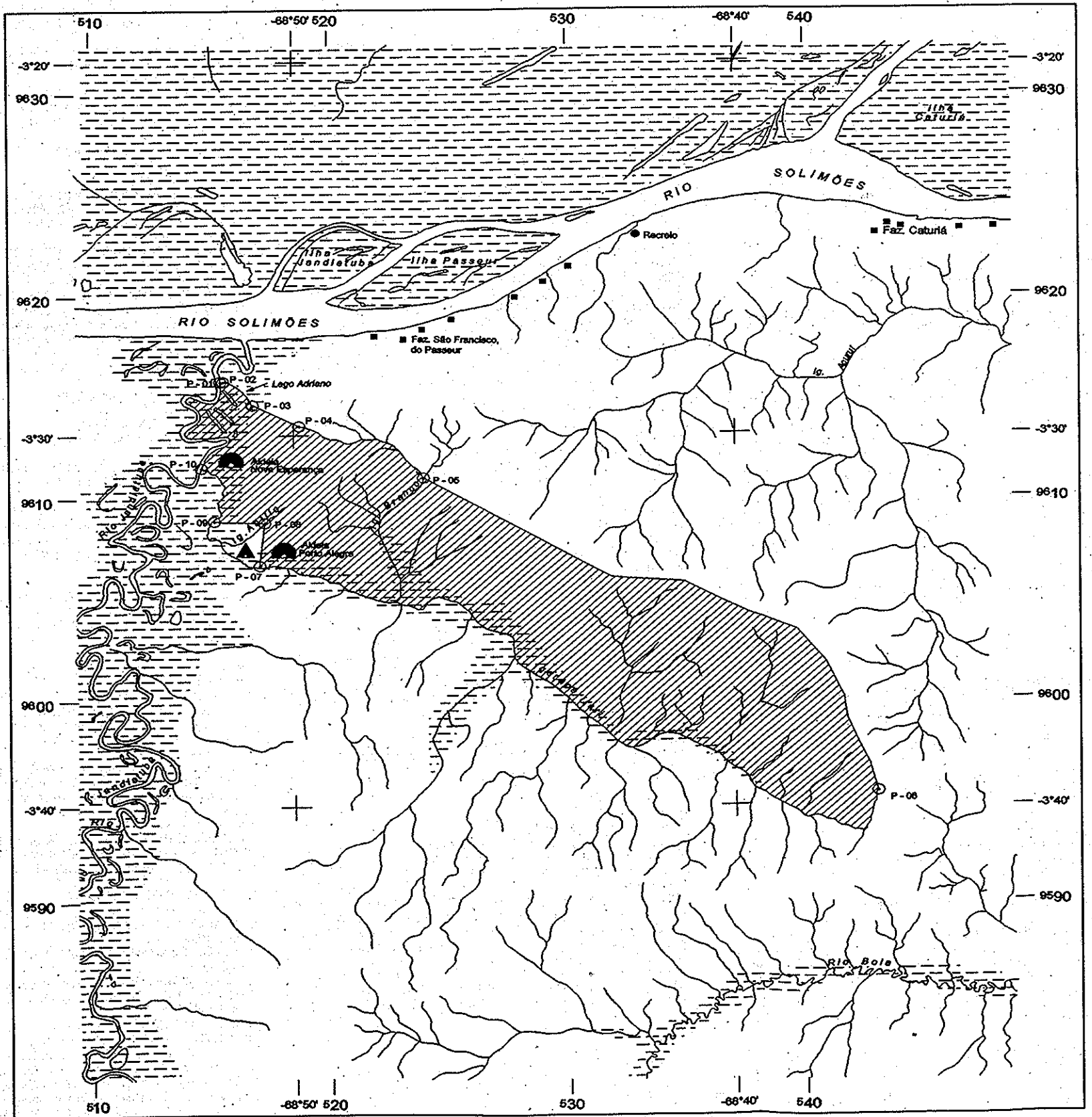
**Dimensões**

Superfície: 19.900 ha (dezenove mil e novecentos hectares) aproximadamente

Perímetro: 88 km (oitenta e oito quilômetros) aproximadamente


**Descrição do Perímetro**

**NORTE/LESTE:** Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°28'34" S e 68°51'40" Wgr., localizado na margem direita do Rio Jandiatuba junto a boca do Lago Adriano, segue por esta até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 03°28'33" S e 68°51'35" Wgr., localizado às margens do Lago Adriano; daí, segue pela margem deste até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 03°29'11" S e 68°50'56" Wgr., localizado em sua nascente; daí segue por uma linha reta até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°29'46" S e 68°49'52" Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Branco; daí, segue pela margem direita deste, a jusante, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°31'10" S e 68°47'04" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas dos Igarapés Acuruí e Irari até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 03°39'36" S e 68°36'46" Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Irari. **SUL:** Do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Igarapé Irari, a jusante, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 03°33'30" S e 68°50'47" Wgr. **OESTE:** Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 03°32'21" S e 68°50'40" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé Abílio; daí, segue por uma linha reta até Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 03°32'18" S e 68°51'49" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé Irari; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 03°30'53" S e 68°52'06" Wgr., localizado na confluência com o Rio Jandiatuba; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro Responsável Técnico Identificação dos Limites Zenildo de Souza Castro, Técnico Agrimensor, AER/MAO.



**SINAIS CONVENCIONAIS**

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA. MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**  
**DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF**

DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDÍGENA NOVA ESPERANÇA DO RIO JANDIATUBA</b>		PLANTA: <b>DELIMITAÇÃO</b>	
MUNICÍPIO: <b>SÃO PAULO DE OLIVENÇA</b>		SUPERFÍCIE: <b>19.900 ha</b>	PERÍMETRO: <b>88 Km</b>
ESTADO: <b>AMAZONAS</b>		ESCALA: <b>1:250.000</b>	DATA: <b>17/11/ 99</b>
AER: <b>TABATINGA</b>		PROCESSO: <b>SA. 19 - Z - C</b>	BASE CARTOGRÁFICA: <b>SA. 19 - Z - C</b>
RESP. TEC. DEFINIÇÃO LIMITES: <b>FABIO VAZ DE ALMEIDA ANTRÓPOLOGO</b>	RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: <b>ZENILDO DE SOUZA CASTRO TEC. AGRIMENSOR AER / MAO</b>	VISTO CHEFE DO DEO: <b>MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA n° 84.889/D-6P</b>	PORTARIA N°: <b>579 / PRES / 98</b>

OP: CASTRO